

19ª Alteração do Contrato Social
da Sociedade Faveret, Tepedino, Londres & Fraga Advogados
CNPJ: 24.768.341/0001-70



Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes abaixo:

José Roberto Penna Chaves Faveret Cavalcanti, brasileiro, advogado, casado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 60.705, inscrito no CPF/ME sob o nº 800.381.747-15, residente e domiciliado no Estado do Rio de Janeiro, Cidade do Rio de Janeiro, na Rua Joaquim Campos Porto, nº 226, Jardim Botânico, CEP 22.460-190 ("José Roberto");

Rafael Tepedino de Figueiredo, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 169.694, inscrito no CPF/ME sob o nº 115.009.017-09, residente e domiciliado no Estado do Rio de Janeiro, Cidade do Rio de Janeiro, na Rua Joaquim Nabuco, nº 212, apto. 101, Ipanema, CEP 22.080-060 ("Rafael");

Ivan Lafayette Bandeira Londres, brasileiro, advogado, divorciado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 109.160, inscrito no CPF/ME sob o número 072.280.417-20, residente e domiciliado no Estado do Rio de Janeiro, Cidade do Rio de Janeiro, na Rua Humaitá, 244, apto. 808, Bloco 2, Humaitá, CEP 22.261-970 ("Ivan");

Leo de Freitas Fraga, brasileiro, advogado, casado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 160.221, inscrito no CPF/ME sob o nº 104.234.377-20, residente e domiciliado no Estado do Rio de Janeiro, Cidade do Rio de Janeiro, na Av. Lucio Costa, nº 3.360, Bloco 7, apto. 1501, Barra da Tijuca, CEP 22.630-010 ("Leo");

Bruno Tartari Proença, brasileiro, advogado, solteiro, inscrito na OAB/RJ sob o nº 172.367, inscrito no CPF/ME sob o nº 056.575.317-79, residente e domiciliado no Estado do Rio de Janeiro, Cidade do Rio de Janeiro, na Rua Real Grandeza nº 110, apto. 203, Botafogo, CEP 22.281-034 ("Bruno Tartari");

Diogo Queiroz Galvão Pádua, brasileiro, advogado, solteiro, inscrito na OAB/RJ sob o nº 230.110, inscrito no CPF/ME sob o nº 163.369.357-01, residente e domiciliado no Estado do Rio de Janeiro, Cidade do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Pirajá, nº 35, Ipanema, CEP 22.410-001 ("Diogo");

Heraldo da Costa Belo, brasileiro, advogado, casado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 45.699, inscrito no CPF/ME sob o nº 281.590.477-20, residente e domiciliado no Estado do Rio de Janeiro, Cidade do Rio de Janeiro, na Rua Barão de Lucena, nº 124, apto. 503, Botafogo, CEP 22.260-020 ("Heraldo");

DE JRP/CFE LTF

DE RTDF LUDS

DE ILEL SDIA

DE LF VSDAL

DE BTP

DE DERGP

DE RDCE



Lucas Carvalho de Souza, brasileiro, advogado, solteiro, inscrito na OAB/RJ sob o nº 232.949, inscrito no CPF/ME sob o nº 148.727.857-89, residente e domiciliado no Estado do Rio de Janeiro, Cidade do Rio de Janeiro, na Rua Paula Brito, nº 359, casa, Andaraí, CEP 20.541-190 ("Lucas");

Sabrina de Lima Martins, brasileira, advogada, casada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 124.002, inscrita no CPF/ME sob o nº 286636378-70, residente e domiciliada no Estado do Rio de Janeiro, Cidade do Rio de Janeiro, na Rua General Góis Monteiro, nº 8, Bloco C, apto. 2402, Botafogo, CEP 22.290-080 ("Sabrina"); e

Victor Salles de Moura Lopez, brasileiro, advogado, solteiro, inscrito na OAB/RJ sob o nº 227.001, inscrito no CPF/ME sob o nº 100.813.927-02, residente e domiciliado no Estado do Rio de Janeiro, Cidade do Rio de Janeiro, na Rua Engenheiro Cortês Sigaud, nº 11, apto. 902, Bloco 2, Leblon, CEP 22.450-170 ("Victor").

Na qualidade de únicos sócios da sociedade **Faveret, Tepedino, Londres & Fraga Advogados** ("Sociedade"), com sede no Estado do Rio de Janeiro, Cidade do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Pirajá, nº 572, 7º andar, Ipanema, CEP 22.410-003, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 24.768.341/0001-70; e, ainda, na qualidade de sócia admitida por meio do presente instrumento (denominada, em conjunto com os demais sócios, simplesmente "Sócios");

Lia Teixeira Ferreira, brasileira, advogada, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 239.483, inscrita no CPF/ME sob o nº 111.991.097-89, residente e domiciliada no Estado do Rio de Janeiro, Cidade do Rio de Janeiro, na Rua Francisco Otaviano, nº 92, apto. 201, Ipanema, CEP 22.080-040 ("Lia").

Resolvem, de comum acordo, alterar o Contrato Social da Sociedade, conforme as disposições abaixo:

Cessão e Transferência de Quotas.

- i. Por meio deste instrumento, José Roberto cede e transfere para Lia 1 (uma) quota de emissão da Sociedade, livre e desembaraçada de quaisquer ônus ou gravames judiciais ou extrajudiciais, pelo valor total de R\$ 1,00 (um real), com a expressa anuência dos demais Sócios.
- ii. Em decorrência da alteração acima, a Cláusula Quinta do Contrato Social passa a vigorar com a seguinte redação:

"O capital social da Sociedade é de R\$ 100,00 (cem reais), dividido em 100 (cem) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada quota, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, assim distribuídas entre os Sócios:

DR	DR
JRPLFC	HDCLB
DR	DR
RTDF	LTF
DR	DR
LEL	UCDS
DR	DR
LF	SDLM
DR	DR
DRGP	BTP
DR	DR
	USDML



Sócios	Quotas	Valor Nominal (R\$)
José Roberto	63	63,00
Rafael	10	10,00
Ivan	10	10,00
Leo	10	10,00
Bruno Tartari	1	1,00
Diogo	1	1,00
Heraldo	1	1,00
Lia	1	1,00
Lucas	1	1,00
Sabrina	1	1,00
Victor	1	1,00
Total:	100	100,00

Parágrafo Único. A responsabilidade de cada Sócio é subsidiária e limitada à sua participação no capital social da Sociedade, nos termos do artigo 1.023 da Lei nº 10.406/2002. O Sócio, porém, responderá pelos danos causados aos clientes por ação ou omissão no exercício da advocacia na forma subsidiária e ilimitada, sem prejuízo da responsabilidade disciplinar que possa incorrer."

I. Consolidação do Contrato Social.

- i. Em decorrência das alterações acima, os Sócios resolvem consolidar e aprovar o Contrato Social da Sociedade, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Contrato Social da Sociedade Faveret, Tepedino, Londres & Fraga Advogados

Cláusula Primeira Razão Social

A Sociedade tem a razão social de **Faveret, Tepedino, Londres & Fraga Advogados**.

Cláusula Segunda Sede

A Sociedade tem sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Pirajá, nº 572, 7º andar, Ipanema, CEP 22.410-003.

DS YRPLFC DS DERGP
 DS RTDF DS HDLB
 DS ILBL DS LTF
 DS LF DS LCDS
 DS USDM DS BTP DS SDLM



Cláusula Terceira

Objeto Social

O objeto da Sociedade é a prestação de serviços de advocacia, sendo certo que as atividades profissionais que reúnem os Sócios na Sociedade serão exercidas individualmente, quando se tratar de atos privativos de advogado, devendo reverter ao patrimônio social os honorários respectivos.

Parágrafo Único. Os Sócios poderão advogar em todo o território nacional e fora dele, observados os termos da legislação aplicável. Por deliberação dos Sócios que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) do capital social, a Sociedade poderá manter e encerrar escritórios, representações ou filiais em qualquer localidade do país ou do exterior, onde for de seu interesse.

Cláusula Quarta

Prazo de Duração

A Sociedade tem prazo de duração indeterminado.

Cláusula Quinta

Capital Social

O capital social da Sociedade é de R\$ 100,00 (cem reais), dividido em 100 (cem) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada quota, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, assim distribuídas entre os Sócios:

Sócios	Quotas	Valor Nominal (R\$)
José Roberto	63	63,00
Rafael	10	10,00
Ivan	10	10,00
Leo	10	10,00
Bruno Tartari	1	1,00
Diogo	1	1,00
Heraldo	1	1,00
Lia	1	1,00
Lucas	1	1,00
Sabrina	1	1,00
Victor	1	1,00
Total:	100	100,00

DS JRP/CLC DS DERGP

DS RTDF DS ADCB

DS ILBL DS LTF

DS LF DS UDS

DS VSDML DS BTP DS SDML



Parágrafo Único. A responsabilidade de cada Sócio é subsidiária e limitada à sua participação no capital social da Sociedade, nos termos do artigo 1.023 da Lei nº 10.406/02. O Sócio, porém, responderá pelos danos causados aos clientes por ação ou omissão no exercício da advocacia na forma subsidiária e ilimitada, sem prejuízo da responsabilidade disciplinar que possa incorrer.

Cláusula Sexta Deliberações Sociais

Todas as deliberações dos Sócios serão tomadas, obrigatoriamente, pelo voto afirmativo de Sócios representando, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) do capital social, exceto se quórum maior for exigido por este Contrato Social ou pela legislação aplicável, e desde que observados os procedimentos estipulados nesta cláusula.

Parágrafo Primeiro. As deliberações dos Sócios deverão ser tomadas em reunião de Sócios devidamente convocada com, pelo menos, 5 (cinco) dias de antecedência mediante envio de e-mail com aviso de recebimento para cada Sócio da Sociedade.

Parágrafo Segundo. As deliberações de Sócios somente serão válidas e oponíveis à Sociedade e a seus Sócios se: (i) tomadas em reunião de Sócios devidamente convocada nos termos deste Contrato; (ii) devidamente transcritas em ata de reunião de Sócios contendo todas as deliberações tomadas pelos Sócios; e (iii) assinadas por quantos Sócios bastem para a validade das deliberações tomadas, desde que observados os quóruns de aprovação estipulados neste Contrato Social para cada respectiva matéria deliberada.

Os e-mails dos Sócios para os fins do envio de convocação são os seguintes:

José Roberto	jrfaveret@ftlf.com.br
Rafael	rtepedino@ftlf.com.br
Ivan	ilondres@ftlf.com.br
Leo	lfraga@ftlf.com.br
Bruno Tartari	btartari@ftlf.com.br
Diogo	dpadua@ftlf.com.br
Heraldo	hbelo@ftlf.com.br
Lia	lferreira@ftlf.com.br
Lucas	lcsouza@ftlf.com.br
Sabrina	smartins@ftlf.com.br
Victor	vlopez@ftlf.com.br

Parágrafo Terceiro. A reunião torna-se dispensável quando tomada por escrito (mesmo por e-mail) por Sócios que representem a participação necessária para a aprovação da matéria que é objeto dela.

DS
BTP

DS
JRP/FLC

DS
DERGP

DS
RTDF

DS
ADCB

DS
ILEL

DS
LTF

DS
VSDM

DS
LF

DS
SDM



Parágrafo Quarto. A reunião será presidida e secretariada por Sócios escolhidos por maioria entre os presentes.

Parágrafo Quinto. Dos trabalhos e deliberações será lavrada, no livro de atas de reuniões de Sócios, ata assinada pelos membros da mesa e por Sócios participantes da reunião, quantos bastem à validade das deliberações, mas sem prejuízo dos que queiram assiná-la.

Parágrafo Sexto. Ao Sócio que solicitar será entregue uma cópia autenticada da ata.

Parágrafo Sétimo. O presidente da reunião de Sócios deverá desconsiderar o voto do Sócio que seja proferido com violação da lei ou deste Contrato Social.

Parágrafo Oitavo. As reuniões de Sócios poderão ocorrer através de conferência telefônica, videoconferência, telefone convencional, telefone celular ou qualquer outra forma de comunicação em tempo real, ainda que apenas alguns Sócios participem por via remota e os demais de corpo presente; nesses casos, deverá haver prova inequívoca da participação do Sócio ausente na reunião pela via remota.

Parágrafo Nono. As matérias previstas abaixo somente poderão ser praticadas ou implementadas pela Sociedade se aprovadas em reunião de Sócios:

- a aprovação das demonstrações financeiras e das contas da administração;
- a modificação do contrato social, inclusive para destituir administradores e designar outros;
- aprovação da política de pagamentos de dividendos pela Sociedade ("Política de Dividendos");
- o modo de remuneração dos administradores;
- a instalação e extinção de filiais, escritórios, agências e representações, no país e no exterior;
- a autorização para a participação da Sociedade em outras sociedades ou em consórcios, associações ou outras entidades, bem assim para a alienação ou oneração de participação que a Sociedade detenha em outras sociedades ou para sua retirada de consórcios, associações ou outras entidades;
- a autorização para a participação da Sociedade em licitações, leilões e concorrências públicas ou privadas, de qualquer natureza;
- a determinação de como a Sociedade exercerá o direito de voto de que seja titular em outras sociedades, em associações, consórcios e outras entidades;
- a autorização para abertura e encerramento de contas bancárias da Sociedade, bem como para a tomada de empréstimos ou financiamento de qualquer natureza, cujos valores ultrapassem R\$300.000,00 (trezentos mil reais);

OS [MPLC] OS [BTP]
OS [RTDF] OS [VERCP]
OS [SDLM] OS [LEL] OS [ADCB]
OS [USDML] OS [LDS] OS [LF] OS [LTF]



- a autorização para a Sociedade alienar, emprestar, alugar, onerar ou gravar seus ativos, independente de valor;
- a autorização para a Sociedade conceder empréstimos, assumir dívida de terceiro, prestar garantias a obrigações de terceiros ou praticar outros atos em benefício de terceiros;
- a autorização para a Sociedade celebrar contratos ou assinar cheques, ordens de pagamento, notas promissórias, letras de câmbio ou quaisquer outros títulos de créditos, contratos de câmbio, bem como sob qualquer outra forma efetuar pagamentos ou desembolso, em montante superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais);
- a autorização para a Sociedade adquirir ativos ou bens ou fazer investimentos, em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais);
- a autorização para a Sociedade contratar seguros, bem como a escolha das seguradoras e o estabelecimento dos parâmetros a serem seguidos pela administração na contratação dos seguros;
- a autorização para a Sociedade celebrar, alterar ou rescindir negócios com Sócios, administradores da Sociedade ou de Sócios;
- a autorização para a Sociedade propor ação, resolver litígio por meio de arbitragem ou outro procedimento amigável, reconhecer a procedência de pedido, confessar, transigir, desistir, renunciar ou perdoar, sempre que a dívida, pretensão ou controvérsia em questão tenha valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais);
- a escolha e destituição de auditores independentes;
- a incorporação, a fusão, cisão, transformação e a dissolução da Sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
- a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas;
- autorização para os administradores requererem a insolvência da Sociedade;
- o aumento do capital social; e
- autorização para a outorga de mandato para a prática de qualquer dos atos listados nesta Cláusula.

Parágrafo Dez. A reunião dos Sócios deve realizar-se ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, com o objetivo de:

- tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e a demonstração de resultados do exercício; e
- tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

Parágrafo Onze. Até 30 (trinta) dias antes da data marcada para a reunião, os documentos referidos no inciso I do Parágrafo Onze devem ser postos, por escrito, e com a prova do respectivo recebimento, à disposição dos Sócios. Instalada a reunião, proceder-se-á à leitura dos

DS JRP/CL	DS DERGP
DS RTDF	DS HDCB
DS ILEL	DS LTF
DS LF	DS LCDS
DS VSDML	DS BTP
	DS SDML

documentos referidos no parágrafo antecedente, os quais serão submetidos, pelo presidente, a discussão e votação.

Cláusula Sétima Administração

A administração da Sociedade será exercida pelos sócios José Roberto, Rafael, Ivan e Leo ("Sócios Administradores"), praticando os atos ordinários da administração dos negócios sociais, com poderes para representar, individualmente, a Sociedade em juízo ou fora dele, bem como perante terceiros em geral, inclusive órgãos e entes públicos de qualquer natureza.

Parágrafo Primeiro. Nos poderes de administração não estão incluídos os de contrair obrigações estranhas ao objeto social, de prestar fianças e avais e obrigar a Sociedade cambiariamente em negócios de terceiros.

Parágrafo Segundo. Os instrumentos de mandato deverão ser outorgados pelos Sócios Administradores, individualmente, e, além de mencionarem expressamente os poderes conferidos, deverão, com exceção daqueles para fins judiciais, conter um período de validade limitado que não poderá ser superior a 1 (um) ano.

Parágrafo Terceiro. Para os efeitos do disposto no artigo 1.011 da Lei nº 10.406/2002, os Sócios Administradores declaram expressamente, sob pena da lei, que não estão impedidos por lei especial ou condenados à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou propriedade, enquanto perdurarem os efeitos da condenação, nos termos do § 1º do artigo 1.011 da Lei nº 10.406/2002.

Parágrafo Quarto. O sócio José Roberto Faveret Cavalcanti declara, sob as penas da lei, não estar enquadrado em qualquer hipótese de incompatibilidade para exercer a advocacia ou participar desta sociedade, mas tem o impedimento previsto no inciso I do artigo 30 da Lei nº 8.906/1994, decorrente do exercício da função de Procurador do Estado do Rio de Janeiro, e, enquanto perdurar essa situação, não advogará e nem participará dos honorários recebidos pela Sociedade por resultado de ações ou serviços que tenham relação direta ou indireta com as funções do seu cargo ou do poder público a que serve.



DR JRP/FL	DR DEGA
DR RTDF	DR HVCB
DR ILBL	DR LTF
DR LF	DR UCDS
DR USDML	DR BTP
	DR SDM

Cláusula Oitava
Exercício Social e Balanço; Dividendos

O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando será elaborado o inventário, o balanço patrimonial e demonstração de resultados do exercício.

Parágrafo Primeiro. A Sociedade poderá levantar balanços intermediários, inclusive para os fins de distribuição de lucros intercalares aos Sócios.

Parágrafo Segundo. A Sociedade distribuirá dividendos desproporcionais na forma estipulada pela Política de Dividendos da Sociedade, sendo certo que a Política de Dividendos da Sociedade somente poderá ser alterada mediante a aprovação de Sócios que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social.

Cláusula Nona
Cessão das Quotas

A cessão de qualquer quota do capital social depende do consentimento expresso dos demais Sócios, aos quais será sempre reservado o direito de preferência na aquisição. A admissão dos novos sócios, quando realizada por intermédio de aumento de capital aprovado pelos Sócios, far-se-á pela cessão do direito de subscrição dos atuais Sócios, na proporção das que possuírem.

Cláusula Dez
Liquidação e Dissolução

A Sociedade não se dissolverá pela retirada, extinção, exclusão, interdição ou insolvência de qualquer dos Sócios. A Sociedade tampouco se dissolverá pelo falecimento de qualquer dos Sócios, continuando os remanescentes. Os herdeiros do Sócio falecido receberão dos demais o valor correspondente às quotas do falecido.

Parágrafo Único. As quotas pertencentes ao Sócio falecido serão pagas aos herdeiros, com base em balanço levantado na data do falecimento, calculando-se o valor das quotas em função do patrimônio líquido contábil assim apurado e efetuando-se seu pagamento em parcelas ou integralmente, à opção dos adquirentes, em até 60 (sessenta) dias da data do óbito.



DR JRP/CLC	DR DERGP
DR RTDF	DR RDLCB
DR ILBL	DR LTF
DR LF	DR LLD'S
DR VSDML	DR BTP
	DR SDLM

Cláusula Onze

Foro

As Partes elegem o foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas deste Contrato Social.

Cláusula Doze

Desimpedimento

Reservado o disposto no Parágrafo Quarto da Cláusula Sétima, os Sócios declaram, sob as penas da lei, que não estão sujeitos a qualquer hipótese de incompatibilidade ou impedimento para o exercerem a advocacia ou participarem desta Sociedade. Declaram, ainda, que não participam de nenhuma outra sociedade de advogados inscrita nesta seccional e que não estão incursos em nenhuma penalidade que os impeçam de participar desta Sociedade.

[Segue Página de Assinaturas]



DS
JRP/CL

DS
DERGP

DS
RTDF

DS
RD/CB

DS
ILBL

DS
LTF

DS
LF

DS
LCDS

DS
BTP

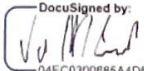
DS
SDM


DS
VSDM

[Página de Assinaturas]

E, por estarem justas e pactuadas, os Sócios assinam o presente instrumento, em meio eletrônico, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 9 de novembro de 2022.

DocuSigned by:

04EC0300885A4D5
José Roberto Penna Chaves Faveret Cavalcanti

DocuSigned by:

15D941F52FB7460
Rafael Tepedino de Figueiredo

DocuSigned by:

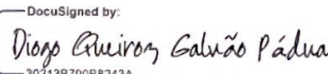
547A587DA9D1400
Ivan Lafayette Bandeira Londres

DocuSigned by:

F04314F416D144D
Leo de Freitas Fraga

DocuSigned by:

CC896072DEDD48F
Bruno Tartari Proença

DocuSigned by:

302138790B8243A
Diogo Queiroz Galvão Pádua

DocuSigned by:

AD13009A1275437
Heraldo da Costa Belo

DocuSigned by:

F3CF72A2335D4D4
Lia Teixeira Ferreira

DocuSigned by:

3D0F71E4D39144D
Lucas Carvalho de Souza

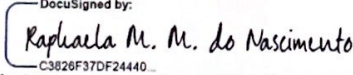
DocuSigned by:

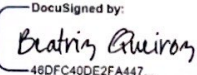
F946FA417C54494
Sabrina de Lima Martins

DocuSigned by:

FF17F742B9E4483
Victor Salles de Moura Lopez

Testemunhas:

DocuSigned by:

C3826F37DF24440
Raphaela Moura Mesquita do Nascimento
CPF/ME nº 056.003.057-61

DocuSigned by:

48DFC40DE2FA447
Beatriz Conceição de Queiroz
CPF/ME nº 147.865.467-80



OAB-RJ

Certifico que a presente--
alteracao contratual encontra-se
registrada nesta Secao, desde
dezessete de abril de dois mil e
vinte e tres, sob o nro. RS.
010.328/2016.-----

Rio de Janeiro, dezessete de
abril de dois mil e vinte e
tres.-----

Oficial do Registro

